



A COR DA LOUCURA E A SAÚDE MENTAL: INTERSEÇÕES ENTRE RACISMO, MARGINALIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

André Ribeiro, Cleide Moura Sena, Daniela Mercês Vita, Emanuela Aparecida Almeida, Emille Ferreira, Hilca Natiele Honorato, Iorrana Santana, Nala Patricia Teles, Valeria Vieira Lima, Tais Santos, Martina Indira Jesus da Silva

FACULDADE AGES

Psicologia, Jacobina, martina.silva@ulife.com.br

Introdução

A loucura, ao longo da história, foi usada como instrumento de exclusão e controle. No Brasil, essa lógica se entrelaça ao racismo estrutural, que desde a escravidão associa o corpo negro à desrazão, ao perigo e à inferioridade. Mesmo após a Reforma Psiquiátrica, resquícios dessa estrutura persistem. O estudo evidencia a necessidade de reconhecer o racismo como determinante social da saúde mental e de construir práticas psicossociais inclusivas e emancipadoras.

Objetivos

Analisar a relação entre racismo, marginalização e saúde mental, compreendendo como o sujeito negro foi historicamente associado à loucura e quais impactos esse processo produz na contemporaneidade.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura narrativa, nas bases SciELO e Google Acadêmico, com descritores: “racismo”, “saúde mental” e “interseccionalidade”. Foram selecionados 11 textos — entre obras clássicas e recentes — analisados criticamente a partir das perspectivas foucaultiana e interseccional, destacando o papel histórico do da loucura e suas repercussões contemporâneas. racismo na constituição

Resultados

A cor da loucura:

O corpo negro foi transformado em objeto do saber psiquiátrico, associado à degeneração e à periculosidade, legitimando práticas de exclusão.

Racismo estrutural: O racismo nega humanidade e cidadania, produzindo sofrimento psíquico e exclusão. Jovens negros são os mais afetados por violência e adoecimento mental.

Interseccionalidade: A sobreposição de raça, gênero e classe agrava vulnerabilidades, especialmente entre mulheres negras, invisibilizadas nas políticas públicas.

políticas públicas: Reforma Psiquiátrica não eliminou o racismo institucional. O sistema de saúde ainda carece de ações específicas e do uso sistemático do marcador racial.

Resistência: Coletivos negros e movimentos antimanicomiais reivindicam um cuidado político, comunitário e antirracista, baseado na valorização da ancestralidade e da autonomia.

Conclusões

É urgente implementar **políticas públicas antirracistas**, com foco na promoção da saúde, na prevenção do sofrimento e no reconhecimento das experiências negras como legítimas formas de existir e resistir. A luta antirracista é, portanto, também uma luta por saúde mental e dignidade.

Bibliografia

